

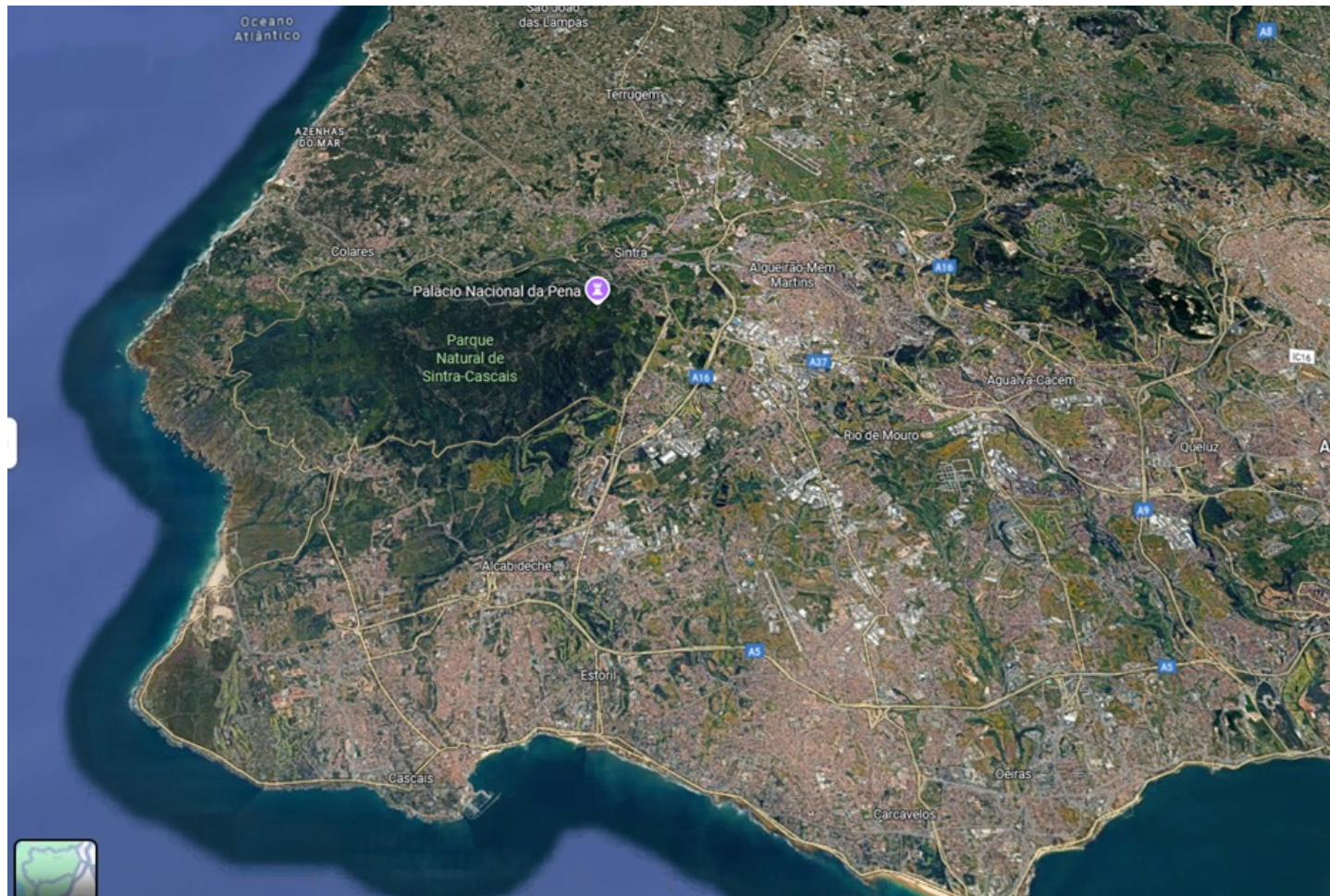


O fim do Parque Natural Sintra-Cascais?

Conceito prévio:
Um Parque Natural é uma área onde residem pessoas,
mas não é uma zona residencial.



**Comecemos, então:
Quando a expansão desmesurada da Grande Lisboa
começou a ameaçar engolir...**

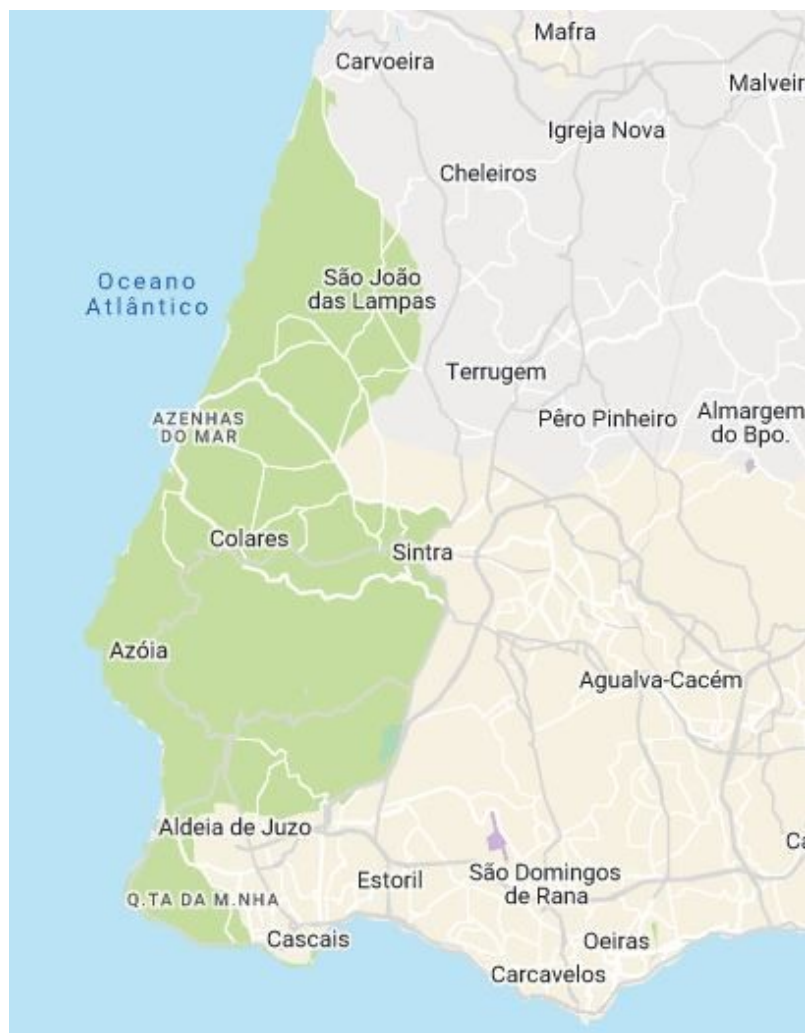


**a paisagem mágica que D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha
idealizou e construiu no Monte da Lua, na extremidade
do mundo conhecido de então (Finis-Terrae)...**



Foto de Dirk Laubner

foi criada em 1981 a Reserva Ecológica de Sintra-Cascais, com uma área de 14.500 hectares, a qual viria a ser reclassificada como Parque Natural em 1994, abrangendo território dos concelhos de Sintra e Cascais.



O Parque Natural começou por ser respeitado, com vigilantes da Natureza no terreno e restrições severas a novas construções. Mas depois... primeiro devagar e, a seguir, de forma cada vez mais acelerada...



iniciou-se o processo de destruição, com abate indiscriminado de árvores...



**e a sua substituição por cada vez mais betão e mais alcatrão,
com construções que desrespeitam de maneira flagrante
os próprios regulamentos camarários, designadamente o ARU.**



Uma pequena parte da população começou, finalmente, a reagir.

[reportagem da SIC em Agosto de 2024](#)

“Vários moradores dizem que está em curso o abate ilegal de árvores no Parque Natural Sintra-Cascais e acusam o Instituto de Conservação da Natureza de não fiscalizar as normas que o próprio instituto estabelece.

São mais de 14 mil hectares de paisagem protegida (...) do qual faz parte o Pinhal do Banzão, uma área composta maioritariamente por floresta de pinheiro bravo, pinheiro-manso e sobreiros. Mas, pelo que contam os moradores, nos últimos cinco anos tem sofrido uma limpeza que vai além do que é permitido pela lei.”

**Ocorrem manifestações, reuniões com o comandante da GNR,
envio de participações escritas à Junta de Freguesia...
e surgem piquetes populares de vigilância aos pontos mais ameaçados.**



**É feita a denúncia:
os crimes ambientais são cometidos à luz do dia, à frente de quem passa,
incluindo as autoridades... que não agem.**



No dia 07 Novembro 2024 um cidadão residente no local recebeu da filha uma mensagem com esta foto, dizendo "Mais um camião carregado... não páram!", e decidiu que era preciso agir.



Nessa noite cria um grupo de WhatsApp para defender Colares da destruição. O grupo congrega 450 seguidores em apenas 48h e entra logo em overdrive, com mais de 600 mensagens por dia, no feed. Os cidadãos mobilizam-se. Os madeireiros ficam sob vigilância.



A 09 Novembro o mesmo cidadão apela no Facebook a uma concentração em determinado local, no Pinhal do Banzão, no dia 11 (2ª feira) às 8.00h, onde já estava estacionado o que ficaria conhecido como o "Camião da Morte", que dali iria prosseguir a sua acção de devastação da floresta.



Condividi

Invia un link

Incorpora una mappa

38.817988, -9.447632
Colares

Link da condividere

<https://maps.app.goo.gl/S5mVh>

COPIATO NEGLI APPUNTI

WhatsApp

X


Gmail


Invia feedback sul prodotto

no dia 10, Domingo, o mesmo cidadão viajava de carro, à tarde, quando lhe ligou um jornalista da TSF. As declarações que então prestou passaram em todos os noticiários daquela estação entre as 18 e as 23h.



Nessa noite, enviou uma mensagem ao comandante territorial da GNR em Sintra, com quem já se reunira, informando-o de que dentro do espírito de lealdade estabelecido nessa reunião iria, no dia seguinte, intimar os militares que se encontrassem no posto de Colares a fazerem cumprir um "Embargo de Obra Nova" suscitado pelos cidadãos.

 **DIÁRIO
DA REPÚBLICA**



[Área Pessoal](#)

[PT](#) | [EN](#)

[Pesquisa Avançada](#)

[Ajuda à pesquisa](#)

[Página de entrada](#) / [Lexionário](#) / [Embargo de obra nova extrajudicial \(processo civil\)](#)

**Embargo de obra nova extrajudicial
(processo civil)**



[Ver todas as entradas](#)

[Ver todas as palavras-chave](#)

[Acerca do lexionário](#)

Pode sugerir melhorias ou atualizações [aqui](#)

Embargo de obra nova extrajudicial (processo civil)



Lexionário

PALAVRAS-CHAVE

[embargo; embargos; obra; procedimento cautelar; procedimentos cautelares](#)

TEXTO

Embargo de obra nova é um procedimento cautelar especificado, previsto nos artigos 397.º e seguintes do Código de Processo Civil.

A sua finalidade é a de evitar a violação, ou a continuação dela, dum direito real direito de propriedade, singular ou comum, em qualquer outro direito real ou pessoal de gozo ou na sua posse, em consequência de obra, trabalho ou serviço novo que lhe cause ou ameace causar prejuízo.

O interessado, dentro de 30 dias a contar do conhecimento do facto, que a obra, trabalho ou serviço pode fazer diretamente o embargo por via extrajudicial, notificando verbalmente, perante duas testemunhas, o dono da obra, ou, na sua falta, o encarregado ou quem o substituir para a não continuar. Este embargo fica, porém, sem efeito se, dentro de cinco dias, não for requerida a ratificação judicial do embargo assim efetuado.

“Whatever happens tomorrow it will be a great day for citizenship and a true game changer. For the first time it will be the citizens who will summon the police force (GNR) to uphold and enforce the law!”
(Msg WhatsApp na noite anterior à acção no posto da GNR)



Às 6.45h do dia 11.11.24, a mensagem no Grupo WhatsApp dizia:

**Good morning, everyone!
Time has come. Off we go!**

**Task force nº 1 na GNR às 7.00,
Task Force nº 2 no camião da morte às 8.00.**

O militar de serviço no posto da GNR nunca se tinha visto perante uma situação deste género. Disse que precisava do parecer do comandante, que só chegaria às 9.00h.

Foi-lhe respondido que, precisamente para continuar a funcionar durante ausências de comandantes, a sociedade tinha inventado a Lei.

E esta figura legal que os cidadãos invocavam requeria que ele comparecesse de imediato no local em que iria ser praticado um dano irreversível ao bem comum.

**Face à sua hesitação, foi-lhe dito:
Apesar da simpatia que tenho por si devo dizer-lhe que,
se não acatar o que estou a invocar-lhe,
terei de o acusar do **crime de obstrução à justiça**.**

No local onde o Camião da Morte ia reiniciar a sua actividade, os cidadãos abraçaram-se às árvores, atiraram-se para a frente das máquinas e conseguiram interromper os trabalhos. Quase 2h de tensão até à chegada da GNR.

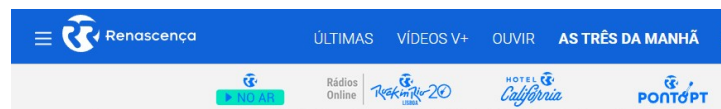


Após 2h para se recompor da intimação para executar o Embargo de Obra Nova, a GNR acaba por comparecer, e com 3 patrulhas, uma delas do SEPNA (crime ambiental) e outra com o comandante do posto de Colares.

É-lhes pedido que verifiquem a licença que o madeireiro deverá exhibir e, em especial, a conformidade entre o seu teor e os trabalhos efectivamente executados, e ainda se dela consta a assinatura da C.M.S.



A operação é acompanhada em directo pela Rádio Renascença, que respondera a um press release em que se anunciava este evento. A Agência Lusa faz uma entrevista telefónica e, ainda nesse dia, o enfrentamento directo com os madeireiros é notícia em dezenas de órgãos de comunicação a nível nacional.



"um verdadeiro ecocídio" no Parque Natural Sintra-Cascais

11 nov, 2024 - 11:32 • João Cunha

Moradores na zona de Colares garantem que, pelo menos desde o ano passado, centenas de pinheiros mansos estão a ser abatidos em terrenos incluídos no Parque Natural Sintra-Cascais, em paisagens culturais classificadas como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO. E acusam o ICNF de "permitir o corte total de árvores em muitos hectares".



A GNR suspendeu hoje os trabalhos de uma empresa de limpeza de terrenos que estava a cortar árvores no pinhal do Banzão, na freguesia de Colares, Sintra, disse à Lusa um dos moradores da zona.



© Global Images

12/11/2024 17:23 • HÁ 1 ANO POR LUSA
LUSA PAÍS GNR



Em declarações à Lusa, Jorge Bernardo, do movimento de moradores contra o abate de árvores, explicou que embora hoje não estivessem previstos trabalhos de limpeza de terrenos, "inesperadamente rebentou um novo foco de destruição na zona com motosserras a prepararem-se para trabalhar".



SOCIEDADE

Moradores denunciam corte ilegal de árvores no Parque natural Sintra-Cascais



Os moradores na zona do Banzão, na zona de Sintra estão revoltados com o abate de uma grande quantidade de pinheiros nos últimos meses. Depois de mais uma queixa, a GNR mandou suspender os trabalhos e verificou que a empresa não tinha licença para o abate.

Este incidente foi de importância decisiva porque ali, pela primeira vez, ficou exposto e denunciado publicamente o que desde há muito os activistas vinham dizendo:

Esta e todas as outras licenças usadas pelos madeireiros eram sempre inválidas, por duas razões principais:

- **Delas consta a assinatura do ICNF mas nunca a da Câmara de Sintra**
- **O seu teor (geralmente, limpeza e desbaste) não correspondia aos trabalhos efectivamente realizados - corte raso e indiscriminado.**

Não, a lei não fora alterada... A lei que neste dia ali foi cumprida era a mesma que vigorava há 20 anos, mas que as autoridades e entidades responsáveis tinham deixado de cumprir há mais de 10 anos!

No dia seguinte, a SIC, que não pudera comparecer na véspera, vem fazer o levantamento da situação (acerca da qual já fizera uma reportagem, meses antes). À sua chegada, pelas 9h da manhã, irrompe o ruído de moto-serras algures na floresta. Correm - activistas e jornalistas - na direcção do som e descobrem novo foco de desflorestação ilegal. Os activistas atiram-se para a frente das máquinas e conseguem parar os trabalhos até à chegada das autoridades.



Alertados pela equipa de TV que nos acompanhava, acorreram a este incidente fiscais e responsáveis do ICNF em grande número, acompanhados por 3 patrulhas da GNR e do SEPNA. Uns e outros prestaram, no local, declarações nas quais evidenciavam desconhecer a lei. Depois de um comunicado emitido pela C.M.S, na véspera, no qual aquela entidade tentava justificar o injustificável, foi a vez de o ICNF fazer a mesma coisa.



IMPRENSA

RR

12.11.2024

A zona do Banzão insere-se no Parque Natural de Sintra Cascais e é constituída por propriedades particulares com ocupação florestal e construções dispersas, onde predominam o pinheiro-bravo e o pinheiro manso, que não são espécies protegidas. A existir espécies protegidas, estas deverão ser mantidas.

De acordo com o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Parque Natural de Sintra Cascais (POPNSC), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros (RCM) nº 1-A/2004, de 8 de janeiro, as alterações à morfologia do solo ou ao coberto vegetal, com exceção das decorrentes da normal gestão agrícola, silvícola ou pastoril e das efetuadas dentro dos perímetros urbanos, são atividades condicionadas e estão sujeitas a parecer do ICNF. Posteriormente, a câmara municipal emite a licença no âmbito do seu regulamento.

Para o local em questão, foram submetidos ao ICNF pedidos de parecer para alteração ao coberto vegetal, com objetivos diferentes, nomeadamente para corte de arvoredos, redução da densidade de vegetação, tendo sido emitidos pareceres favoráveis condicionados ao cumprimento de um conjunto de requisitos que visam a minimização do impacto causado pela intervenção, dos quais se destacam a não utilização de controlo químico, a manutenção de arbustos autóctones e a realização das operações entre 15 de junho e 31 de dezembro, atentas as restrições aplicáveis em matéria de perigo de incêndio rural.

O ICNF reuniu com a Polícia Municipal, GNR de Sintra e CM de Sintra de forma a reforçar a fiscalização no terreno. Esta ocorre sempre que há uma denúncia ou em ações de fiscalização periódicas e pode ser feita pelo ICNF, GNR e CM de Sintra, em conjunto ou individualmente. Nestas ações de fiscalização são verificadas as disposições indicadas no Parecer do ICNF, entre outras.

O ICNF continua a acompanhar a situação, tendo realizado fiscalizações periódicas, e encontra-se, de momento, a acompanhar as ações de corte que estão a decorrer, confirmando-se, para já, o levantamento de um auto de notícia.

Este novo incidente, acompanhado em directo por uma equipa de TV, voltou a deixar claro que as autoridades envolvidas na gestão do território desconhecem a lei que rege a sua actividade.

Neste caso concreto, representantes do IPMA e do SEPNA consideravam desnecessária a assinatura da C.M.S. para intervenções em terrenos rústicos, e isso não é verdade.

- <https://sicnoticias.pt/pais/2024-11-13-video-moradores-denunciam-corte-ilegal-de-arvores-no-parque-natural-sintra-cascais-97a3add7>

A situação no Parque Natural Sintra-Cascais, e particularmente no Pinhal do Banzão, era escandalosa e estava agora no primeiro plano da atenção mediática. Sucediavam-se entrevistas, reportagens e comunicados das instituições envolvidas, tentando justificar-se.



Entretanto, os activistas haviam preparado um relatório-denúncia para a UNESCO, já que a área da Paisagem Cultural de Sintra, Património da Humanidade, se sobrepõe quase por completo à do Parque Natural.

A Citizen's Report on the impending threats (some irreversible) on the integrity of The Cultural Landscape of Sintra protected by UNESCO.

November 2024

Index

1. The Protected Area and its Most Endangered Zone – the Transition Zone	1
2. Widespread Cases of Illegal Deforestation within this Doubly Protected Area (Natural Park and UNESCO's Cultural Landscape)	2
3. Public Scandal and Media Attention	6
4. Decharacterization of Architecture within the Cultural Landscape Protected by UNESCO	12
5. The Nature Monitoring Apparatus Has Been Dismantled	14
6. Disregard of a 50-meter protection zone (minimum) around a Classified National Monument in Praia das Maças	15
7. How to destroy a Natural Park or a classified area within the law? Here's the mechanism:	17
8. Less and Less Trees, More and More Buildings... But this is a Natural Park!	19
9. Total Abandon and Neglect	21
10. Is UNESCO aware of what is going on in the Cultural Landscape of Sintra? Have its latest requirements been met?	22
11. Which National Laws Are Being Grossly Violated? (Apart from the UNESCO World Heritage Convention itself)	23

O relatório para a UNESCO está bem documentado e inclui mapas e fotos com antes/depois, urbanização galopante em áreas protegidas e até infracções à lei de protecção de Monumentos Nacionais.

Disregard of a 50-meter protection zone (minimum) Around a Classified National Monument in Praia das Mações

On a hilltop overlooking the sea at Praia das Mações, there is a prehistoric and rather unique monument which has been classified as a National Monument, thereby receiving by law an automatic 50-meter protection zone.



From the page of the cultural heritage governing body itself we learn that there are buildings within less than 50 meters of this monument. Our own measurements through Google Maps confirm that the distance can be as short as just 44 meters.



It allows the demolition of typical houses of traditional summer architecture in this area (houses that are now around 100 years old) to make way for four or five buildings in the space previously occupied by one, in a process of urban densification that is, in itself, an irreparable destruction of the values that the Sintra Town Council claims it wants to preserve. Even historical houses like this one, which once hosted a spring from a renowned mineral water brand, have been replaced by... a supermarket.



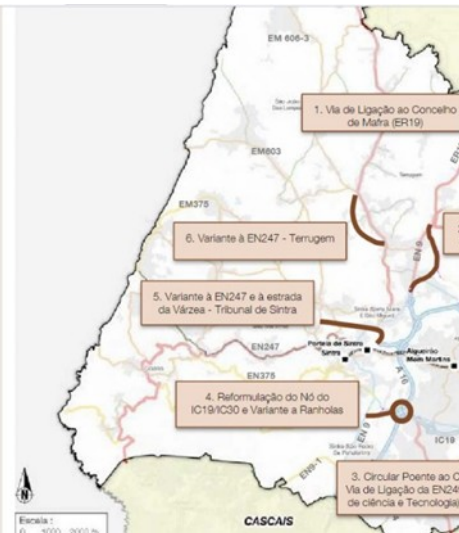
O relatório é exaustivo, cobrindo aspectos como a expansão da rede viária em território de Parque Natural, o colapso dos serviços públicos e as diversas leis que estão a ser violadas, pelas próprias autoridades.

De acordo com o PDM de Sintra, estão previstas as seguintes vias:

1. **Via de Ligação ao Concelho de Mafra (ER19)**
2. **Variante à EN9 (VEN9) entre o nó de Lourel (A16) e o nó de Fervença**
3. **Circular Poente ao Cacém e Ligação da EN 249-3 (Parque Ciência e Tecnologia) ao IC19, no nó de Paioes**
4. **Reformulação do nó IC19 - IC30 (A16), alteração respetiva sinalização direcional e Variante a Ranholas**
5. **Variante à EN247 e à Estrada da Várzea**
6. **Variante à EN247 na Terrugem**

Considera-se ainda importante avaliar a viabilidade das seguintes ligações:

Descrevem-se os aspetos estruturantes das ligações apresentadas.



Foi promovida a audiência prévia da Câmara Municipal de Sintra. Assim:
Nos termos do artigo 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e no uso das competências conferidas pelo n.º 11 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Cultura, o seguinte:

Artigo único

Zona especial de proteção

É fixada a zona especial de proteção (ZEP) do Monumento pré-histórico da Praia das Maças, no Outeiro das Mós, freguesia de Colares, concelho de Sintra, distrito de Lisboa, classificado como monumento nacional (MN) pelo Decreto n.º 735/74, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 297, de 21 de dezembro, conforme planta constante do anexo à presente portaria, da qual faz parte integrante.

7 de janeiro de 2014. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*.

ANEXO

Monumento pré-histórico da Praia das Maças

Outeiro das Mós
Freguesia de Colares
Concelho de Sintra

- Monumento nacional (MN)
- Zona especial de proteção (ZEP)
- Zona não edificável (ZNA)



92-(8)

DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE-B

N.º 6 — 8 de Janeiro de 2004

SECÇÃO II

Zonamento

SUBSECÇÃO I

Áreas de proteção total

Artigo 12.º

Âmbito e objetivos

- 1— As áreas de proteção total compreendem os espaços onde predominam sistemas e valores naturais e paisagísticos de reconhecido valor e interesse, incluindo formações geológicas, paisagísticas e ecológicas, com elevado grau de naturalidade, que assumem, no seu conjunto, um carácter de excepcionalidade, bem como elevada sensibilidade ecológica.
- 2— As áreas de proteção total têm como objetivos:
 - a) Garantir a manutenção dos valores e processos naturais em estado tendencialmente imperturbável;
 - b) Preservar exemplos de excepcional valor e ecologicamente representativos num estado dinâmico e evolutivo;
 - c) Conservar jazidas de fósseis e minerais de importância excepcional.
- 3— Nas áreas sujeitas a proteção total são prioritários os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade e incompatíveis com qualquer tipo de uso do solo, da água e do ar, com exceção das ações mencionadas no n.º 1 do artigo seguinte.
- 4— Sempre que estas áreas não pertençam ao domínio público ou privado do Estado, deverá prioritariamente proceder-se à forma de contratualização com os proprietários ou, no caso de terrenos comuns, com os comarques, tendo em conta os objetivos de conservação da natureza.
- 5— Em caso de perda, por alguma forma, dos valores que levaram à classificação máxima destas áreas, as mesmas não perdem a classificação que lhes foi atribuída.

Artigo 13.º

Disposições específicas

- 1— Sem prejuízo do disposto no artigo 8.º, nas áreas de proteção total a presença humana só é permitida:
 - a) Por razões de investigação e divulgação científica;
 - b) Para monitorização ambiental e para a realização de ações de salvaguarda da área e dos interesses de conservação que levaram à sua classificação, a efectuar pelos órgãos do PNSC ou pelos proprietários e outros titulares de direitos reais dentro das áreas.
- 2— Para além do disposto no artigo 9.º, nos casos referidos nas alíneas a) e b) do número anterior, a presença humana está sujeita a parecer vinculativo da comissão diretiva do Parque Natural, excepto quando se reporte aos proprietários destas áreas.

SUBSECÇÃO II

Áreas de proteção parcial

DIVISÃO I

Áreas de proteção parcial do tipo I

Artigo 14.º

Âmbito e objetivos

- 1— As áreas de proteção parcial do tipo I compreendem os espaços que contêm valores excepcionais de moderada sensibilidade ecológica e valores naturais e paisagísticos com significado e importância relevantes do ponto de vista da conservação da natureza e ainda a área definida como Paisagem Cultural de Sintra, segundo a classificação no âmbito do Património Mundial pela UNESCO em 6 de Dezembro de 1995.
- 2— As áreas de proteção parcial do tipo I constituem espaços com restrições à edificabilidade.
- 3— Constituem objetivos prioritários das áreas de proteção parcial do tipo I a preservação e a valorização dos valores de natureza biológica, geológica e paisagística relevantes para a garantia da conservação da natureza e da biodiversidade.
- 4— Nestas áreas são permitidas utilizações do solo e dos recursos hídricos compatíveis com a preservação dos recursos naturais, designadamente a manutenção de habitats e de determinadas espécies da fauna e da flora.

5— Para a salvaguarda dos objetivos a que se refere o n.º 3 do presente artigo, podem ser celebrados contratos com os proprietários de terrenos privados.

Artigo 15.º

Disposições específicas

1— Para além do disposto no artigo 8.º, nas áreas de proteção parcial do tipo I são ainda interditas as seguintes actividades:

- a) A instalação de linhas de distribuição e transporte de energia elétrica de alta ou média tensão e de linhas ou antenas de telecomunicações, aéreas ou subterrâneas, com excepção das dirigidas à valorização paisagística e à prevenção e segurança das indústrias à salvaguarda do património histórico e cultural na zona nuclear da Paisagem Cultural de Sintra, e após parecer favorável da comissão diretiva do PNSC;
- b) A construção de barragens e pontes de água, excepto as destinadas a proteção contra inundações ou de regularização e controlo de cheias, e de infra-estruturas aeroportuárias, bem como de redes de pedais para transporte de gás, combustíveis ou outros produtos, com excepção das dirigidas à valorização paisagística e à prevenção e segurança e dos indústrias à salvaguarda do património histórico e cultural na zona nuclear da Paisagem Cultural de Sintra, e após parecer favorável da comissão diretiva do PNSC;
- c) A instalação de aproveitamentos coléctos;
- d) A edificação e ampliação de construções, com excepção das construções de apoio às actividades florestais, agrícolas e pecuárias e da ampliação prevista no artigo 38.º;
- e) A instalação ou ampliação de explorações agrícolas, pecuárias e silvo-pastoris em regime intensivo;
- f) Qualquer alteração no relevo e a remoção da camada superficial de solo arável, com excepção das indústrias à salvaguarda do património histórico e cultural na zona nuclear da Paisagem Cultural de Sintra, e após parecer favorável da comissão diretiva do PNSC;
- g) A instalação de minérios fora de explorações agrícolas;
- h) A realização de competições desportivas motorizadas praticadas em vias pavimentadas, exceptando as existentes à data da entrada em vigor do PNPNSC;
- i) A instalação de estabelecimentos industriais isolados de qualquer natureza;
- j) A ampliação de explorações para catracção de incêndios, bem como a ampliação de áreas de propagação e pesquisa;
- k) A instalação de explorações de recursos hidrogeológicos, nomeadamente de águas minero-medicinais e termais;
- l) A instalação ou ampliação de parques de campismo e caravansismo, com excepção de locais de pernoita integrados em percursos aprovados pelo PNSC.

2— Para além do disposto no artigo 9.º, nestas áreas encontram-se sujeitas a parecer da comissão diretiva do Parque Natural as seguintes actividades, tendo em vista os objetivos de conservação da natureza:

- a) A realização de obras de saneamento básico e de infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias, independentemente da sua natureza;
- b) A instalação ou ampliação de explorações agrícolas, pecuárias ou silvo-pastoris em regime não intensivo;
- c) A alteração do coberto arbóreo ou arbustivo, incluindo vegetação rústica, com excepção de situações de emergência, nomeadamente as decorrentes de protecção contra inundações e até à entrada em vigor dos planos de gestão florestal;
- d) A alteração da rede de drenagem natural, da qualidade das águas superficiais e subterrâneas e do respectivo caudal e a abertura de poços, furos e captações;
- e) A alteração, recuperação ou reconstrução de edificações existentes;
- f) Todas as operações de florestação, mesmo quando envolvam espécies indígenas, ficando dependentes da elaboração de planos de gestão florestal;
- g) A realização de competições desportivas de qualquer natureza, com excepção das mencionadas na alínea b) do número anterior, as quais são interditas;
- h) A construção de campos de golfe;
- i) A construção de apoios às actividades florestais, agrícolas e pecuárias, desde que cumpram os requisitos definidos no n.º 4 do presente artigo.



**Uma petição pública angariou mais de 1.000 subscritores para este relatório, que foi enviado à sede da UNESCO em Paris, com cópia para o ICOMOS (organismo associado que fiscaliza a integridade das áreas protegidas) e para o escritório da UNESCO em Lisboa.
Passados 10 meses, qual foi a resposta da UNESCO?**

Não houve resposta

Lembra-se daquelas leis que a GNR não conhece, o ICNF não conhece, e a C.M.S. conhece mas não aplica? Pois bem, tivemos nós de as aprender e de as recitar às autoridades.

92-(2)

DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE-B

N.º 6 — 8 de Janeiro de 2004

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 1-A/2004

A Área de Paisagem Protegida de Sintra-Cascais (APPSC) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 292/81, de 15 de Outubro, decorrente da necessidade de fazer frente à crescente e intensa pressão urbana e à degradação que ameaçava uma zona de grande sensibilidade, repleta de valores naturais, culturais e estéticos a preservar, como a serra de Sintra, a faixa litoral e as áreas adjacentes.

A conservação da natureza, a protecção dos espaços naturais e das paisagens, a preservação das espécies da fauna e da flora, a manutenção dos equilíbrios ecológicos e a protecção dos recursos naturais, além de constituírem objectivos de interesse público de âmbito municipal, extravasam claramente esse âmbito e justificam medidas de protecção adequadas a uma zona que constitui património nacional.

Impôs-se, portanto, a necessidade de reclassificação da APPSC em parque natural, atendendo aos critérios definidos no Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, que estabelece a Rede Nacional das Áreas Protegidas.

Assim, o Parque Natural de Sintra-Cascais foi criado pelo Decreto Regulamentar n.º 8/94, de 11 de Março. Por seu turno, o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais e o respectivo Regulamento foram aprovados pelo Decreto Regulamentar n.º 9/94, de 11 de Março.

tido de conter a edificação dispersa, ajustar os limites das classes e categorias de espaço e, por último, clarificar as normas constantes do Regulamento do Plano, evitando dúvidas de interpretação que conduzam à sua deficiente aplicação.

Nesta conformidade, podem ser estabelecidas três vertentes ou factores determinantes para a revisão do POPNSC:

A evolução do nível do conhecimento, nomeadamente pela monitorização e pelo acompanhamento promovidos pelos serviços do Instituto da Conservação da Natureza;

As transformações na área protegida resultantes da evolução demográfica e sócio-económica e a dinâmica natural de resposta dos sistemas naturais, que se revelam na menor adequação do Plano de Ordenamento aprovado em 1994;

Uma nova visão do Parque Natural de Sintra-Cascais decorrente de normativos e directrizes resultantes da Paisagem Cultural de Sintra — UNESCO (1995), dos Planos Directores Municipais de Cascais e de Sintra e da Rede Natura 2000.

O processo de elaboração do POPNSC teve como enquadramento legal o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, e as Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 46/2000, de 5 de Junho, e 102/2002, de 2 de Julho.

Definida a necessidade de revisão do POPNSC, foi desenvolvida

Fizeram do Parque Natural Sintra-Cascais uma zona sem lei. Existem leis para tudo... nenhuma é cumprida!

2 — Para além do disposto no artigo 9.º, nos casos referidos nas alíneas a) e b) do número anterior, a presença humana está sujeita a parecer vinculativo da comissão directiva do Parque Natural, excepto quando se reporte aos proprietários destas áreas.

SUBSECÇÃO II

Áreas de protecção parcial

DIVISÃO I

Áreas de protecção parcial do tipo I

Artigo 14.º

Âmbito e objectivos

1 — As áreas de protecção parcial do tipo I compreendem os espa-

ços de instalação ou ampliação de parques de campismo e caravanismo, com excepção de locais de pernoita integrados em percursos aprovados pelo PNSC.

2 — Para além do disposto no artigo 9.º, nestas áreas encontram-se sujeitas a parecer da comissão directiva do Parque Natural as seguintes actividades, tendo em vista os objectivos de conservação da natureza:

- a) A realização de obras de saneamento básico e de infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias, independentemente da sua natureza;
- b) A instalação ou ampliação de explorações agrícolas, pecuárias ou silvo-pastoris em regime não intensivo;
- c) A alteração do coberto arbóreo ou arbustivo, incluindo vegetação rípícola, com excepção de situações de emergência, nomeadamente as decorrentes de protecção contra incêndios e até à entrada em vigor dos planos de gestão florestal;
- d) A alteração da rede de drenagem natural, da qualidade das



O que procura?

[Pesquisa Avançada](#)

[Página de entrada](#) / [Legislação Consolidada](#) / [Decreto-Lei n.º 218/95](#)

Decreto-Lei n.º 218/95

[Ato Original](#)

[Índice](#)

[Texto Completo](#)

[Versão Consolidada](#)

Circulação de veículos motorizados nas praias, dunas, falésias e reservas

Decreto-Lei n.º 218/95 Em vigor

Diário da República n.º 197/1995, Série I-A de 1995-08-26



**Aqui havia uma casa no meio da floresta.
Em lugar dessa floresta temos agora 0 árvores (30.000 m2 arrasados).
Também temos uma Lei, uma queixa no Tribunal de Sintra
(6281/24.7T9SNT)... mas ficámos sem as árvores.**



**Mais uma lei que não é cumprida: n.º 59/2021, de 18 de agosto, artº 17.
Trata-se da obrigação de o infractor replantar o terreno que devastou.
Não conhecemos um único caso em que esta lei tenha sido cumprida.**



Há militares da GNR que passam diante de um crime ambiental em flagrante e não o reconhecem como crime. Chamados por nós, todos manifestam desconhecer a legislação do PNSC e alguns desconhecem mesmo a existência do Parque!

- **O Regulamento do PNSC não permite que se corte árvores sem parecer prévio do ICNF.**
 - **A CMS não permite que se corte árvores sem prévia autorização sua, no âmbito do PDM.**
 - **O Decreto-Lei n.º 218/95 proíbe a circulação de veículos motorizados nas praias, dunas, falésias e reservas integrais.**
 - **A Lei n.º 59/2021, de 18 de agosto, artº 17, obriga o infractor a replantar onde cortou.**
 - **A ARU (Área de Reabilitação Urbana) é uma delimitação oficial aprovada pela câmara municipal que indica, para a área de Colares e Alto do Rodízio, uma arquitectura de veraneio com a tipologia e a qualidade da que ali se implantou em meados do séc. XX (havendo até um designado “Bairro dos Arquitectos”).**
- Já veremos como o ARU da CMS é grosseiramente violado pela própria CMS.**

Verifiquemos o ARU: Arquitectura tradicional de veraneio?
Mas é a que está a ser demolida, para dar lugar a hipermercados e monstros de betão! E com o território densificado – onde havia uma há agora três ou quatro.



E por fim o PDM, a instância em que tudo se decide e em que se suspeita de que o dinheiro mande. Como se explica esta descomunal construção (9.000 m² de implantação) em cima de uma duna e no centro de uma pequena localidade (Praia das Mações) já com problemas de congestionamento na época estival?



Como se explicam, por todo o território do PNSC, cartazes não preenchidos (sem nº de licenciamento) em obras a decorrer? (Casos denunciados à CMS e sempre sem resposta)

Proibida a entrada a pessoas não autorizadas

Perigos Vários

Capacete de protecção

Botas de protecção

Colete

www.acrilcorte.com

AVISO

Licença de obras de CONSTRUÇÃO, Câmara Municipal de SINTRA

Nos termos do artigo 4.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção actual, é emitida a licença de obras de CONSTRUÇÃO, em nome de _____, portador do _____ n.º _____, relativa ao

Licenciamento de obras de CONSTRUÇÃO que incidem sobre o prédio sito RUA DOS CAMÕES, descrito na Conservatória do Registo Predial de _____ sob o n.º _____ e inscrito na matriz _____ sob o artigo n.º _____ da respectiva freguesia.

Conforme atestado pelo autor do projeto de arquitetura, as obras, licenciadas por _____ de _____, respeitam o disposto no _____ bem como o loteamento n.º _____ e apresentam as seguintes características:

Área total de construção: _____
Volumetria do edifício: _____
Área de implantação: _____
N.º de pisos acima da cota de soleira: 2
N.º de pisos abaixo da cota de soleira: 0
Uso a que se destina a edificação: HABITABILIDADE
Altura da fachada do edifício: _____
Número de fogos: _____

www.acrilcorte.com

AVISO

Nos termos do artigo 4.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção actual, é emitida a licença de obras de _____, em nome de _____, portador do _____ n.º _____, relativa ao

Licenciamento de obras de _____ que incidem sobre o prédio sito _____, descrito na Conservatória do Registo Predial de _____ sob o n.º _____ e inscrito na matriz _____ sob o artigo n.º _____ da respectiva freguesia.

Conforme atestado pelo autor do projeto de arquitetura, as obras, licenciadas por _____ de _____, respeitam o disposto no _____ bem como o loteamento n.º _____ e apresentam as seguintes características:

Área total de construção: _____
Volumetria do edifício: _____
Área de implantação: _____
Altura da fachada do edifício: _____
N.º de pisos acima da cota de soleira: _____
N.º de pisos abaixo da cota de soleira: _____
Uso a que se destina a edificação: _____
Área abrangida pelo Plano: _____
Área abrangida pelo alvará de loteamento n.º _____
Condições de execução: _____
Prazo para a conclusão das obras: _____

**Como se explicam alterações do PDM que permitem construir em lotes de apenas 1.440 m², em zonas onde antes se exigia um mínimo de 10.000m²?
(Veja-se o pormenor de o promotor se expressar apenas em inglês)**



**Como se explica a proliferação de bairros clandestinos numa zona
TRIPLAMENTE protegida?**

- 1. a nível nacional, enquanto PNSC;**
- 2. a nível europeu enquanto parte da Rede Natura 2000;**
- 3. a nível mundial enquanto Paisagem Cultural Património da Humanidade.**



Quase todos os candidatos à C.M.S. prometeram alterar o PDM (por vezes, deixando subentendido que o fariam também em território do PNSC) para permitir que “as nossas gentes” e os “jovens agricultores” possam continuar a morar na terra dos seus pais. Vejamos quem são “as nossas gentes”:

- Quem mora neste território sabe que “**as nossas gentes**” falam geralmente inglês, com sotaque de San Francisco, de Hong-Kong e dos mais variados cantos do Mundo.
- Continuando a olhar com atenção, verifica-se ainda que os “**jovens agricultores**” só manifestam uma intensa vocação agrícola a oeste da estrada Sintra-Ericeira, ou seja, junto ao mar e dentro do território do PNSC. Do outro lado da estrada, há terrenos em abundância, mais férteis (com menos salinidade e exposição marítima) e muitíssimo mais baratos... que ninguém quer.



Praia Grande: Grande moradia em estilo Malibu a muito menos de 500 metros da linha de água. Construída onde o POC não permite. Mas, para casos assim, surge muito oportunamente um Plano de Pormenor.



**Durante uns minutos oiçamos uma opinião exterior sobre este nosso contexto, no programa da RTP2 “Biosfera”.
Muito conciso, muito bem feito.**

- <https://www.rtp.pt/play/p14287/e828382/biosfera>

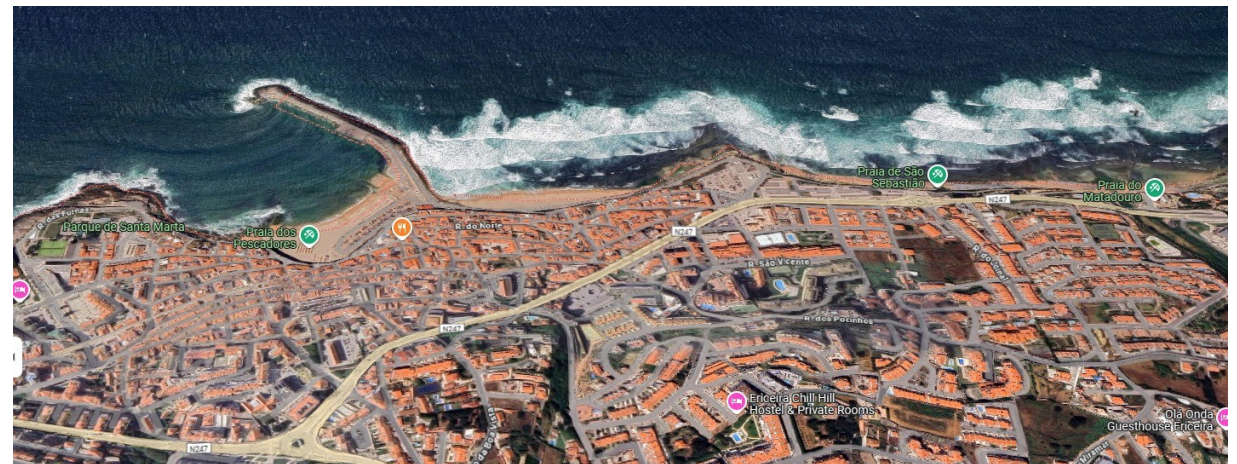
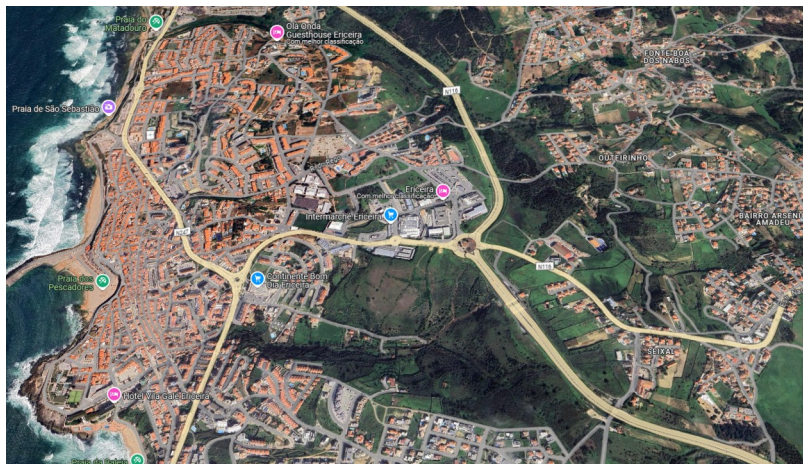
(do minuto 9.15 ao minuto 16.44, mas tem um painel publicitário pelo meio)

As árvores dão lugar ao betão.

Azenhas do Mar, coração do Parque Natural: veja-se a desproporção entre as novas construções e a tipologia tradicional que aí existia (foto à direita).



Para a Praia das Maças (como se ali não fosse Parque Natural), o projecto não assumido de uma Nova Ericeira, ao qual nem faltava uma auto-estrada (Via Atlântica) à qual a Finis Terrae conseguiu opor-se e, por agora, evitar.



**De acordo com muitos indícios que temos vindo a recolher
haverá uma intenção política (não assumida) ao mais alto nível
para **extinguir o PNSC.****

Um território em que se deixa **triplicar a população e **construir**
como se fosse mais um subúrbio à beira-mar já não é Parque, nem é Natural.**

**A Finis Terrae tem denunciado esta intenção em artigos de jornal
(disponível em finisterrae.pt/noticias),
em reuniões com entidades públicas
(presidente da C.M.S.,
presidente da P.S.M.L., etc.)
e em requerimentos submetidos através
da Assembleia de Freguesia de Colares.**

Um Parque Natural não é uma zona residencial.

Como ceder os terrenos mais valiosos do país aos promotores imobiliários sem causar escândalo público (Guia prático para o governante, em 10 capítulos)

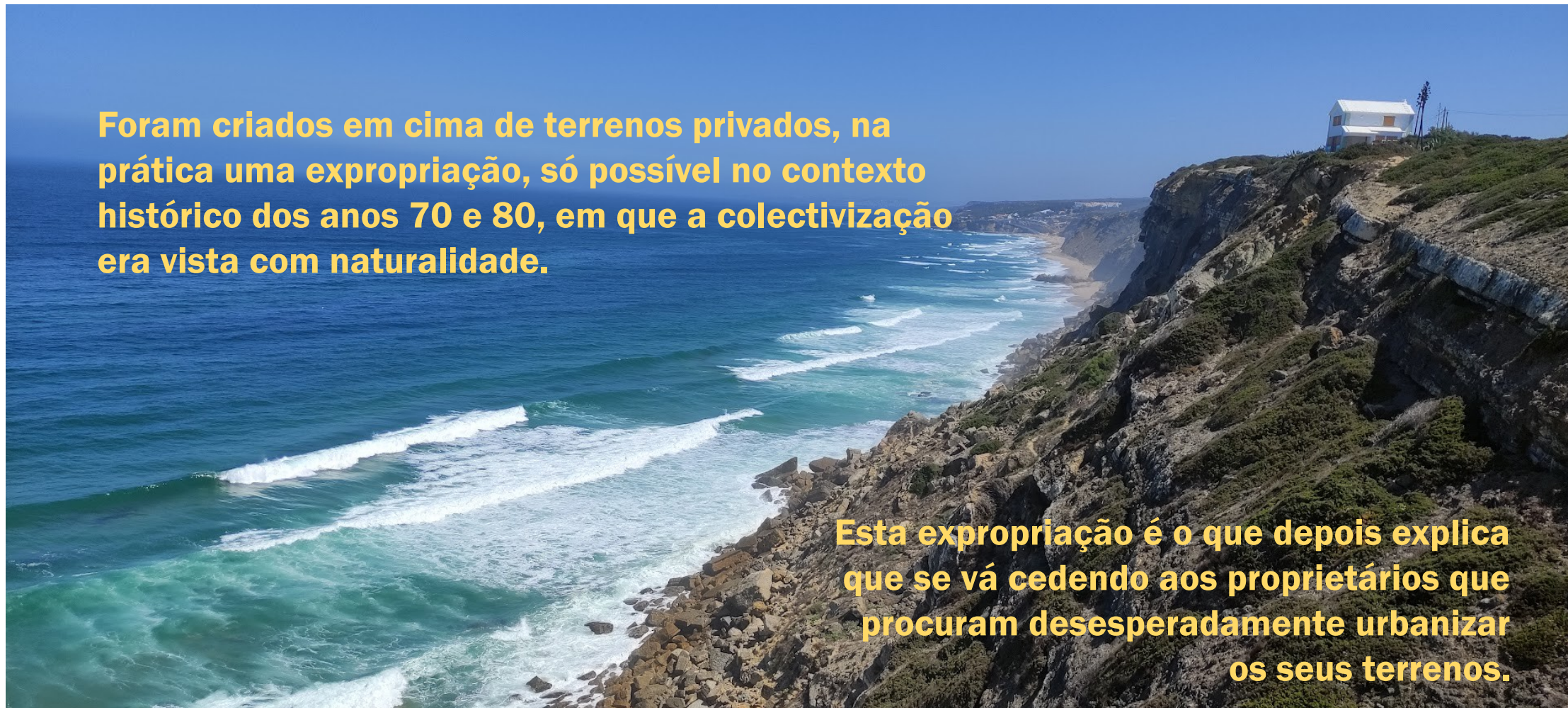


- 1. Triplique a população da área protegida.** Faça um plano a 10 anos e manobre para densificar rapidamente esse território, via PDM ou, se for necessário, fechando os olhos à construção clandestina. Altere a tipologia das construções típicas da zona, de modo a ir substituindo moradias por pequenos prédios, até obter o efeito Ericeira. Se alguém fizer observações inoportunas acerca do PDM ou torcer o nariz aos clandestinos, diga que está a resolver o problema habitacional do país. Uma vez triplicado o número de habitantes (e isso pode conseguir-se em apenas cinco ou seis anos) eles de lá já não saem. Já não é Parque e já não é Natural. Os ambientalistas ficam a falar sozinhos (...)

**A especificidade portuguesa na criação de parques naturais.
Um verdadeiro pecado original na origem da tensão permanente
entre proprietário e interesse público.**

Foram criados em cima de terrenos privados, na prática uma expropriação, só possível no contexto histórico dos anos 70 e 80, em que a colectivização era vista com naturalidade.

Esta expropriação é o que depois explica que se vá cedendo aos proprietários que procuram desesperadamente urbanizar os seus terrenos.



**Paisagens inalteradas durante milhares de anos
e que a próxima geração já não irá ver.
Isso é uma tragédia.**



**É uma tragédia e será também uma vergonha,
se não tivermos feito algo para o evitar.**